

## A igreja-edifício, imagem da igreja-viva: os caminhos do projeto arquitetônico-litúrgico-iconográfico

Raquel Tonini Rosenberg Schneider<sup>1</sup>

**Resumo:** A igreja-edifício, plasmada na Liturgia celebrada pela assembleia reunida, é lugar do encontro que gera um movimento de saída. Está fundada em critérios que revelam sua identidade e norteiam a elaboração do Projeto Arquitetônico-Litúrgico-Iconográfico para sua construção e consequente ação pastoral. O Concílio Vaticano II sublinhou a importância do tema. A realidade, entretanto, desafiadora e instigante, revela a urgência de formação e de planejamento técnico-financeiro, em vista de espaços devidamente adequados às orientações, contribuindo para uma participação ativa, consciente e frutuosa da assembleia celebrante.

**Palavras-chave:** Adequação Litúrgica. Projeto Arquitetônico. Levantamento. Planejamento. Catequese Mistagógica.

### INTRODUÇÃO

Os caminhos para a elaboração do Projeto Arquitetônico-Litúrgico-Iconográfico com o objetivo de uma intervenção criteriosa, planejada e duradoura nos edifícios eclesiais apresentam critérios objetivos e exigem atenção e responsabilidade. Estão pautados na necessidade histórica da Igreja, que desde sempre cuidou dos seus lugares de celebração e, assim também, trouxe presente os fundamentos que sustentam uma proposta de intervenção. Estes se aplicam tanto às novas construções quanto às adequações litúrgicas necessárias em cada tempo, e orientam o percurso, criterioso e metodológico, para o desenvolvimento do projeto e sua execução, demandando ainda, um trabalho interdisciplinar que não pode prescindir da participação de qualquer das partes envolvidas: assembleia celebrante e corpo técnico.

Esses fundamentos, ancorados na Sagrada Tradição e no Magistério da Igreja, resgatados pela Reforma Litúrgica promulgada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), encontram-se já no primeiro documento conciliar, *Sacrosanctum Concilium*. Essa reforma busca recuperar a identidade e caráter próprios da Igreja como Povo de Deus: “raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido” (cf. 1Pe 2,9; SC, n. 14) e, assim, promover uma eficaz participação da assembleia celebrante na ação litúrgica, de modo que esta aconteça de forma “consciente, ativa e frutuosa” (SC, n. 11). Convocada para esta ação celebrativa, a assembleia do povo sacerdotal, este “povo santo reunido e ordenado sob a direção dos Bispos” (SC, n. 26), portanto, “não é uma massa amorfa nem um público desarticulado (...). É a comunidade

1 Arquiteta Especialista em Espaço Celebrativo-Litúrgico e Arte Sacra (ITESC-FAJE), aluna do Pontifício Instituto Litúrgico de Roma, no Master *Arte per il Culto* e mestranda em teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Instituição de origem: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Instituição financiadora da pesquisa desenvolvida: a aluna recebe apoio financeiro da CAPES.

eclesial reunida e articulada ao redor do ministro que a ‘preside na pessoa de Cristo’ (SC 33) e em torno da ação dos diferentes ministérios e serviços distribuídos entre os seus membros”<sup>2</sup>.

O caminho de planejamento, desenvolvimento e execução do projeto arquitetônico-litúrgico-iconográfico de um edifício eclesial não só comporta, como permite e promove, pelo seu próprio caráter de imagem da igreja-viva, uma ação litúrgico-pastoral intensa, desde que atendidos os fundamentos e todos os demais requisitos em vista da finalidade do espaço. Esta ação, desenvolvida em várias atividades, encontra eco e responde ao próprio clamor da Igreja, pelas palavras do Papa Francisco ao tratar da “necessária progressividade da experiência formativa na qual intervém toda a comunidade” (EG, n. 166), afirmando a importância da “via da beleza” em toda catequese, pois “anunciar Cristo significa mostrar que crer n’Ele e segui-Lo não é algo apenas verdadeiro e justo, mas também belo, capaz de cumular a vida dum novo esplendor e duma alegria profunda, mesmo no meio das provações” (EG, n. 167). Isto é possível através de espaços idôneos, autênticos, cujos passos para se atingir estes resultados, foram atentamente observados e atendidos e, por isto, se tornam “dignos, decorosos e belos, verdadeiros sinais e símbolos do sobrenatural” (SC, n.122).

## 1 FUNDAMENTOS DO PROJETO ARQUITETÔNICO-LITÚRGICO-ICONOGRÁFICO DO EDIFÍCIO ECLESIAL

A intervenção para construção, reforma ou manutenção de um espaço implica o estabelecimento de critérios objetivos e planejamento técnico-financeiro, em vista da sua execução, cujo resultado alcance a finalidade daquela edificação. Ao tratar do conjunto dos espaços que constitui a igreja-edifício e, mais particularmente, do espaço litúrgico, a Igreja, ao longo da sua história e através de vários ensinamentos e orientações práticas, sempre considerou sua organização uma enorme responsabilidade pastoral. Aliada das artes e da técnica de cada tempo e, conseqüentemente, dos profissionais responsáveis técnicos, a Igreja estabelece, assim, os fundamentos para o desenvolvimento do projeto arquitetônico-litúrgico-iconográfico, tendo em vista que sua estrutura física deve ser imagem de si mesma – igreja-viva, Corpo de Cristo.

É fundamental, portanto, a compreensão sobre o que está se fazendo, o por quê se faz desta e não de uma outra forma e, ainda, do modo como se deve proceder, ao se tratar da elaboração de um projeto de intervenção no espaço das igrejas. Além disto, há a exigência de que a proposta seja verificada e confirmada, a partir daqueles fundamentos estabelecidos, que não são subjetivos, mas que, ao contrário, constituem os princípios teológico-litúrgico-pastorais para a intervenção, justamente porque este “fazer” traz consigo uma enorme responsabilidade: de que as novas construções e/ou adequações litúrgicas dos espaços celebrativos sejam executadas de modo criterioso e planejado, tornando-se intervenções duradoras.

2 PALUDO, Faustino, OFMcap. *O povo celebrante: sujeito da celebração*. Publicado em: Revista VIDA PASTORAL, n. 230, p. 24-27. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/liturgia/o-povo-celebrante-sujeito-da-celebracao/>. Acesso em: 07 out. 2021.

## 1.1 A TERMINOLOGIA

Do latim *fundamentum* = alicerce, a etimologia do termo e seu significado certificam a importância destes princípios que norteiam as intervenções, ao mesmo tempo que garantem - quando conhecidos, compreendidos e também vivenciados -, as condições ao profissional arquiteto<sup>3</sup> responsável pelo projeto arquitetônico-litúrgico-iconográfico de, munido da legislação vigente e unido à equipe interdisciplinar, realizar seu trabalho. Os fundamentos são assim, a base, o alicerce, o eixo que garante a sustentação de alguma coisa; por isto, estabelecem os critérios ou as justificativas para um determinado modo de executar algo; trazem, desta forma, os argumentos, as provas ou evidências que atestam a veracidade do que se afirma. Ao se tratar dos fundamentos para uma determinada ação, portanto, tem-se um conjunto de conhecimentos ou dados que sustentam os princípios definidos para determinada conduta. Neste caso, são os critérios que dão as bases e consequentes orientações, a fim de validar a proposta de intervenção na igreja-edifício. Estes fundamentos requerem, por conseguinte, um método e uma linguagem que garantam o cumprimento da finalidade da arquitetura-arte sacra.

O termo aqui empregado - projeto arquitetônico-litúrgico-iconográfico -, que nomina e define o projeto, mostra-se bastante adequado para revelar tanto o tripé sobre o qual está alicerçado, quanto a complexidade que o envolve. Trata-se, portanto, de uma intervenção que molda, distribui e organiza o espaço, a partir Liturgia celebrada, trazendo em si mesmo a mistagogia do edifício eclesial e exigindo uma linguagem própria, a fim de que a igreja, “como pede a sua natureza, seja apta para as celebrações sagradas, decorosa, brilhando por nobre beleza, não por mera suntuosidade, e constitua verdadeiro símbolo e sinal das realidades celestes” (PR, 1984, cap. II.I,3).

## 1.2 OS FUNDAMENTOS DO PROJETO ARQUITETÔNICO-LITÚRGICO-ICONOGRÁFICO

Os fundamentos do projeto para este “espaço no qual se reúnem as pessoas de fé, para ouvir a Palavra e celebrar os sagrados mistérios da salvação” (CNBB, 2013, p.10) são teológico-litúrgicos. A ação litúrgica, desta forma, é fonte e geradora da igreja-viva em saída, que se encontra e promove o encontro, que dialoga e se adequa a cada tempo e a todas as culturas.

### 1.2.1 MOLDADA PELA LITURGIA

“Quando se constrói uma igreja, não se pode esquecer que ela toda é um ícone, uma imagem viva. Moldada pela liturgia é por si mesma, mistagógica; de fato orienta, educa, conduz e introduz as pessoas no mistério da Páscoa de Cristo que celebramos” (CNBB, 2013, n. 62). Por conseguinte, a liturgia celebrada, através de seus ritos, molda o edifício eclesial. “De fato, a natureza do templo cristão define-se precisamente pela ação litúrgica, a qual implica a

3 Conforme Resolução CAU/BR nº 51, atualizada em Deliberação Plenária 0037-01/2021 que dispõe sobre as áreas de atuação e competências de arquitetos e urbanistas.

reunião dos fiéis (*ecclesia*), que são as pedras vivas do templo (1 Pd 2, 5)” (SCa, n. 41). A ação litúrgica, sobretudo com a celebração dos sacramentos, especialmente da Eucaristia, define o espaço celebrativo. Deste modo, é de grande importância o conhecimento e a compreensão, assim como a vivência litúrgica dos responsáveis técnicos pelo projeto.

### 1.2.2 UM ESPAÇO MISTAGÓGICO

Moldada pela liturgia, é mistagógica. Necessário se faz, então, compreender o que significa esta qualificação do espaço celebrativo. Para isto, mais uma vez, a etimologia e significado da palavra serão fundamentais. De origem grega, mistagogia é uma palavra composta de duas partes, significando em síntese, a ação de guiar ou conduzir o fiel para dentro do mistério. A igreja-edifício, portanto, deve contribuir com a ação litúrgica que insere a assembleia no mistério de Deus e, ela própria, como imagem da igreja-viva, é capaz, através da sua arquitetura-arte, de evocar e provocar naquele que deseja, a experiência de ser introduzido no mistério. A função mistagógica pertence, em seu sentido original, aos ritos, através de suas ações simbólicas, palavras, gestos, sons, sabores e perfumes e, o espaço onde estes ritos se desenvolvem, como imagem, estão a serviço desta ação litúrgica realizada pela assembleia celebrante.

A mistagogia do edifício eclesial determina assim como se configura este espaço. São Máximo, Confessor, através da metáfora do cosmo orientado à ação cultural, diz que “a santa igreja é a imagem do mundo sensível enquanto tal. Há para o céu... o divino santuário e para a terra a beleza da nave. E, em modo contrário... o mundo é uma igreja: Para o santuário há o céu e para a nave o ornamento da terra” (BANON, 2015, p. 119, tradução nossa). O binômio céu-terra é aplicado em relação à igreja-edifício constituída do único espaço santuário-nave, um espaço 2-1<sup>4</sup> - um espaço único, que comporta estes dois espaços celebrativos. Esta terminologia revela ainda a insuficiência das palavras e a exigência de uma linguagem própria, como a própria metáfora utilizada no período Patrístico da Igreja. A CNBB, em seu Documento sobre a Animação da Vida Litúrgica no Brasil diz: “a igreja-edifício deve ser funcional e significativa, favorecendo, através de configuração e distribuição dos dois espaços fundamentais, tanto a execução da ação litúrgica quanto a participação ativa dos fiéis. (CNBB, 1989, n. 142). Cada um destes espaços, que constituem o único espaço de culto, configuram-se de modo diverso tanto arquitetônica quanto artisticamente, a partir do que simbolicamente revelam.

### 1.2.3 UMA LINGUAGEM ADEQUADA: A LINGUAGEM SIMBÓLICA

Tendo em vista o caminho até aqui desenvolvido, fica evidente que não é toda linguagem arquitetônica-artística que atende aos princípios norteadores ou fundamentos da configuração deste espaço, a igreja-edifício. Faz-se necessário, assim, o uso de uma linguagem que

4 Termo cunhado pela prof. <sup>a</sup> Dra. Maria Giovanna Muzj e utilizado nas disciplinas de Introdução à Linguagem Simbólica e Mistagogia do Edifício Eclesial, por ela ministradas no Pontifício Instituto Oriental - PIO, em Roma, nos anos 2019 e 2020 respectivamente, e aqui adotado.

alcance estes princípios e os traduza para este tempo, capaz de chegar ao homem-mulher<sup>5</sup> de todos os tempos e culturas e que seja adequada também ao tempo presente: uma linguagem que está sendo redescoberta, a linguagem simbólica. Fundamental ainda, é ser introduzido nesta linguagem, pois, como afirma Henri Corbin,

(...) o símbolo anuncia um plano de consciência distinto da evidência racional: é a cifra de um mistério, o único modo de dizer o que não pode ser captado de outro modo; não é nunca explicado de uma vez por todas, senão que sempre necessita ser decifrado, da mesma maneira que uma partitura musical, que não é nunca decifrada definitivamente, mas convida à uma execução sempre nova (CHEVALIER, 1990, p. XI, tradução nossa).

O artista cristão, Ruberval Monteiro, doutor em Iconografia Cristã, afirma que “o cristianismo não criou uma linguagem nova, apenas o conteúdo é novo, comunicado com a linguagem tradicional, compreendida universalmente”. Deste modo, não se trata apenas de um sinal artificial, criado pelo homem, restrito a um significado, mas, ao contrário, traduz um caminho para o qual aponta. Esta linguagem é tanto evocativa quanto provocativa, abrindo as portas interiores para que o homem-mulher se sinta “envolvido e tocado pelo mistério, apesar de não o entender, ou talvez por isso mesmo”, continua o autor na sequência do texto. A redescoberta da linguagem simbólica, desacreditada a partir do momento em que foi interpretada como contrária à ciência, tornou-se esquecida e considerada fantasia, pertencente ao mundo dos sonhos e, desta forma, recusada pela sociedade moderna. Entretanto, enquanto linguagem que todas as culturas tradicionais utilizaram para se comunicar com o transcendente e com as questões mais profundas da própria existência humana, é de fundamental importância.

### 1.3 OS DOIS MOVIMENTOS DA ASSEMBLEIA LITÚRGICA, PRESENTES NA ARQUITETURA-ARTE DA IGREJA-EDIFÍCIO

Lugar de encontro, de acolhida, fraternidade, gratuidade, festa e, desta forma, sinal visível da presença de Deus no meio do seu povo (Cf. CNBB, 2013, p. 15), a igreja-edifício remete a assembleia celebrante às coisas do alto e, convida-a, pela ação litúrgica, tanto à proximidade com o Senhor Crucificado-Ressuscitado, o Vivente, quanto à missão de anunciar a Boa Nova a todos e todas. Esta realidade implica dois movimentos distintos.

Um movimento que conduz ao centro deste espaço, o altar - “centro da ação eucarística, para a qual se orientam todas as outras celebrações litúrgicas da Igreja e ao redor do qual nós também formamos um só corpo” (IGMR, n. 299): trata-se de um movimento centrípeto, onde o próprio Cristo, “sumo sacerdote tão grande, que se assentou à direita do trono da

5 Termo cunhado pela prof.ª Dra. Maria Giovanna Muzj e utilizado nas disciplinas de Introdução à Linguagem Simbólica e Mistagogia do Edifício Eclesial, por ela ministradas no Pontifício Instituto Oriental - PIO, em Roma, nos anos 2019 e 2020 respectivamente, e aqui adotado.

Majestade de Deus no céu. (...) ministro do santuário e da verdadeira Tenda, que foi construída pelo Senhor, e não por um homem” (Hb 8, 1-2), atrai a si o homem-mulher, convidando-o à amizade, pelo seguimento e discipulado, num processo permanente de escuta, que conduz à resposta da fé e à reunião em torno do altar. Este movimento comporta ainda, várias passagens, marcadas também pelos elementos arquitetônicos e artísticos. De um caminho de escuta, a partir do ingresso pela porta e percorrido na nave das igrejas, sinal da terra, o ser humano é conduzido, por Cristo ao céu - lugar onde está o altar da igreja. Aqui, celebrando o memorial da paixão-morte-ressurreição do Senhor, o homem-mulher, tendo com Ele morrido, tem sua vida “escondida com Cristo em Deus” (Cl 3,3). Neste ponto da terra - o altar -, um eixo vertical se estabelece - a cruz de Cristo -, novo e definitivo *Axis Mundi*, nova e definitiva Árvore da Vida, unindo o mundo visível ao invisível e levando a humanidade redimida ao encontro com o Pai, na Jerusalém Celeste.

Outro movimento é o de saída, um movimento que, a partir do encontro com o Senhor Crucificado-Ressuscitado, em comunidade, impele o homem-mulher a ir ao encontro das realidades de sofrimento e injustiça, anunciando a Boa Nova e sendo protagonista da “cultura do encontro”, capaz de encontrar meios para uma sociedade mais fraterna: trata-se de um movimento centrífugo, “para fora”, que envia, impulsionando a Igreja segundo o mandato do Senhor: “ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15).

É a dinâmica do discípulo-missionário. E, assim, a igreja-edifício, quando atende à finalidade da liturgia, convida o fiel a esta dinâmica e se revela como um lugar teológico, mistagógico, simbólico, por meio de um espaço 2-1, orientado e orientador, organizado e organizador. Assim, “nessas reuniões [onde acontece a ação litúrgica], os espaços e sua forma de organização desempenham um papel de grande importância, caracterizando e definindo o lugar que a comunidade ocupa” (CNBB, 2021, p. 13). Isto significa que o espaço das igrejas marca profundamente e de forma imperceptível a consciência de fé de uma comunidade. Por isto, ao finalizar a Apresentação do Estudo 113, Dom Edmar Peron afirma que:

Assim, constatam-se a necessidade e a urgência de projetos arquitetônicos de adequação litúrgica com um olhar mais consciente da sua importância pastoral e mais abrangente, tratando o edifício eclesial e seu espaço celebrativo de modo unitário. Isso é possível por meio da elaboração de programa de necessidade geral e específico, o qual requer a presença de uma equipe técnica multidisciplinar. Em suma, toda intervenção é sempre, em primeiro lugar, uma ação pastoral (CNBB, 2021, p. 10).

## 2 PASSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO

Os fundamentos anteriormente apresentados para toda e qualquer intervenção no edifício eclesial, estruturados no tripé: moldado pela Liturgia, mistagógico, segundo a linguagem simbólica tradicional cristã redescoberta, exigem que os passos para o desenvolvimento

do seu projeto arquitetônico, sejam definidos a partir dos critérios teológico-litúrgicos. Daí, tem-se os desdobramentos técnicos e consequente execução das obras. Estabelecem, assim, um método<sup>6</sup> que, por sua vez, implica grande atenção à importância e complexidade do empreendimento, habilidade e razoabilidade no desenvolvimento da proposta, criatividade em ultrapassar os desafios intrínsecos, responsabilidade da parte de todos os envolvidos, em vista de um resultado que atenda aos critérios estabelecidos, seja bem planejado e resulte em uma obra duradoura. Tudo isto com objetivo de atender à finalidade da igreja-edifício de “oferecer à Igreja que celebra os mistérios de fé, especialmente a Eucaristia, o espaço mais idóneo para uma condigna realização da sua ação litúrgica” (SCa, n. 41), tendo em vista que “de fato, a natureza do templo cristão define-se precisamente pela ação litúrgica, a qual implica a reunião dos fiéis (*ecclesia*), que são as pedras vivas do templo (1 Pd 2, 5)” (SCa, n. 41).

## 2.1 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Trata-se da etapa inicial, de coleta de dados e pesquisa de informações e pode ser desenvolvida através de várias ações, em diversas instâncias. No que diz respeito à Igreja, em sua estrutura administrativa, estes dados podem ser buscados nos documentos existentes, no Centro de Documentação (Arqui)Diocesano, nos Livro Tombo<sup>7</sup>. A comunidade pode participar ativamente deste processo, através do recolhimento de fotos antigas e também, de promoção de uma exposição ou de encontros de contação de histórias, sobretudo dos seus membros mais antigos. Estes eventos favorecem o despertar de lembranças e acontecimentos, num processo de resgate e crescimento da memória afetiva e dos laços da comunidade com sua terra, cultura e construção. A valorização da história contribui tanto para o senso de pertença quanto, quando não reduzida a saudosismo, para um reto juízo a respeito da definição das necessidades e consequente proposta de intervenção.

Quando se tratar de um bem que está sob a salvaguarda dos órgãos civis de defesa do patrimônio histórico-cultural-artístico, sejam em âmbito nacional, estadual ou municipal, é fundamental e imprescindível o diálogo com os mesmos. Também as prefeituras municipais devem ser consultadas, a fim de que sejam verificadas a situação do terreno, da construção e a existência ou não de projetos arquitetônicos devidamente aprovados. Tem-se aqui, quando se tratar da intervenção em um espaço edificado, o levantamento documental e das peças arquitetônicas da obra existente. Ainda neste sentido, caso necessário, devem ser providenciados os documentos em vista da regulamentação do terreno, o levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado e o levantamento arquitetônico, em vista tanto de atualização de informações técnicas quanto de obtenção de dados inexistentes.

6 Seguindo os princípios do Método Transcendental, desenvolvido por Bernard Lonergan, em sua obra *Method in Theology* (1973), com objetivo de atender às demandas do espírito humano, capaz de alcançar a compreensão sendo atento, razoável, inteligente e responsável e cujos resultados desta compreensão são progressivos e acumulativos, orientados para o bem comum.

7 Trata-se de um livro canônico de alto valor histórico, um tipo de diário, onde o pároco é o responsável pelo lançamento dos atos e fatos mais significativos da vida paroquial, em relação à história, assim como em relação aos procedimentos administrativos considerados de relevância.

Além disto, faz parte desta etapa inicial, independente do bem ser tombado, a inventariação e catalogação do acervo arquitetônico e artístico da igreja. Tratando-se de edificação de interesse de preservação, isto se torna uma exigência. Este trabalho deve ser feito por equipe técnica, pode ser dividido em várias etapas e ainda contar com grande ajuda da comunidade. Metodologia e planejamento a curto, médio e longo prazo, devem ser definidos, em vista de que o trabalho não se perca e ainda contribua na construção da memória local, assim como na elaboração do programa de necessidades.

## 2.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

É de fundamental importância o levantamento das necessidades urgentes e pontuais, assim como o conhecimento de um programa amplo de necessidades que constitui o conjunto litúrgico-catequético-pastoral-administrativo, a “casa do povo de Deus”, cujo centro é o espaço celebrativo. Cada uma destas categorias tem seu programa de necessidades específico.

O Estudo 106, publicado pela CNBB em 2013, procura apresentar com clareza as necessidades do espaço celebrativo em sua organização e distribuição espacial, assim como dos lugares de serviço litúrgico. Em relação às demandas anexas, o programa de necessidades também deve ser exaustivamente trabalhado e sua definição exige critérios objetivos, em vista do atendimento às necessidades elencadas.

## 2.3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ARQUITETÔNICO-LITÚRGICO-ICONOGRÁFICO

O projeto arquitetônico visa a organização e distribuição dos espaços, a partir dos fundamentos teológico-litúrgicos apresentados, das condições do terreno, do programa de necessidades e do atendimento ao conjunto de normas estabelecidas pela legislação civil. Assim, quer garantir que a igreja-edifício atenda à sua finalidade, com aquela nobre simplicidade pedida pelo CV II, com qualidade e a partir das condições da comunidade. Compõem-se de etapas distintas, estabelecidas pela NBR 13532, a saber: a) levantamento de dados para arquitetura (LV-ARQ); b) programa de necessidades de arquitetura (PN-ARQ); c) estudo de viabilidade de arquitetura (EV-ARQ); d) estudo preliminar de arquitetura (EP-ARQ); e) anteprojeto de arquitetura (AP-ARQ) ou de pré-execução (PR-ARQ); f) projeto legal de arquitetura (PL-ARQ); g) projeto básico de arquitetura (PB-ARQ) (opcional); h) projeto para execução de arquitetura (PE-ARQ) <sup>8</sup>.

O projeto deve atender ao Plano Diretor Municipal (PDM) que estabelece os índices urbanísticos, assim como ao Código de Obras e Posturas do Município onde se encontra o terreno. Além disto, atende às normas estaduais de Combate a Incêndio e Pânico e Proteção de Descargas Elétricas, assim, como à ABNT NBR 9050/2015: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Em se tratando de um patrimônio sobre proteção

8 ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 13532 - Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura. 3.3 Etapas do Projeto de Arquitetura. Nov. 1995.

de tombamento em nível nacional, faz-se necessário consulta e aprovação dos projetos junto ao IPHAN<sup>9</sup> ou Secretarias de Cultura, em nível estadual ou municipal, dependendo da instância de tombamento.

A partir do projeto arquitetônico, outros projetos são necessários. Chamados de Projetos Complementares, é imprescindível sua compatibilização com a arquitetura proposta, sob a responsabilidade do arquiteto e equipe técnica. Entre eles, tem-se: Projeto de Estruturas, cujo objetivo é o dimensionamento e detalhamento dos elementos estruturais (pilares, vigas, lajes), através das Normas Técnicas NBR 6118/2014: Projeto de estruturas de concreto - Procedimento e NBR 6120/1980: Cargas para o cálculo de estruturas de edificações, assim como da NBR 16775/2020: Estruturas de aço, estruturas mistas de aço e de concreto, coberturas e fechamentos de aço. Projeto Hidrossanitário, Elétrico, Telefonia, Luminotécnico, Climatização, Sonorização também são necessários e devidamente normatizados. O Projeto Preventivo contra Incêndio (PPCI), assim como o Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) são analisados e devidamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar estadual. Outros projetos como Sistema de Segurança por Vídeo Monitoramento e, também, de Paisagismo fazem parte do conjunto.

O desenvolvimento do Programa Iconográfico deve ser feito com artista cristão, conhecedor dos fundamentos tratados na primeira parte deste trabalho e, junto com o arquiteto. A etapa de Projeto Executivo contempla o detalhamento completo da obra e o Detalhamento de Mobiliário Litúrgico e geral, assim como o Projeto de Comunicação Visual, podem ser contemplados, visando a unidade do conjunto. A partir da elaboração dos projetos é possível um orçamento detalhado e assim, tem-se o Planejamento Técnico-Financeiro para a Execução da obra, devidamente licenciada e com a expedição dos Alvarás.

### 3 A AÇÃO PASTORAL DECORRENTE DA INTERVENÇÃO NO ESPAÇO

A diversidade de possibilidades de uma ação pastoral que seja desenvolvida a partir do momento em que tem início o trabalho da equipe interdisciplinar em vista da intervenção na igreja-edifício, exige que a abordagem aqui seja bastante sintética. Evidencia-se que esta intervenção é complexa e demanda trabalho técnico e especializado. Tendo fundamentos objetivos, não se configura como decoração, mas, ao contrário, deve ser tratada a partir da natureza de “imagem” da igreja-viva, o que pressupõe grande responsabilidade.

A ação pastoral que pode se desenvolver aqui, tem início na conscientização quanto à finalidade deste espaço e se dá em vista da continuidade do processo evangelizador e formativo. Assim, propõe uma ação que envolva a comunidade, as comissões, os profissionais, em comunhão com os presbíteros e sob a orientação da Comissão de Arquitetura e Arte Sacra e Bens Culturais. Suas etapas acompanham as etapas preliminares, de desenvolvimento dos projetos e de execução da obra, até a celebração do Rito de Dedicção de Igreja e consagração do Altar, com planejamento de continuidade, a partir de ações catequéticas sobre

9 Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Site: <http://portal.iphan.gov.br/>.

o espaço celebrativo, folders, semanas de Liturgia e eventos preparatórios para a celebração da Festa anual da Dedicção. A ação pastoral é um movimento permanente, progressivo e acumulativo, que conduz à comunidade à maturidade da fé, pela participação sempre mais ativa, consciente e frutuosa (Cf. SC, n. 48) da assembleia celebrante.

## CONCLUSÃO

“Tira a sandália dos teus pés, porque esta terra é sagrada” (Ex 3,5). O agir cristão traz em si o caráter do serviço, da missão. Neste sentido, toda profissão é uma forma concreta de colocar os dons específicos de cada um, a serviço do bem comum, pois a vida humana é esta terra sagrada, imagem e semelhança de Deus e morada do Altíssimo, que vive na “casa comum”. Por conseguinte, implica a responsabilidade deste agir e, aqui, particularmente, ao tratar do espaço onde a comunidade se encontra para celebrar sua fé, tem-se presente esta responsabilidade dos profissionais, diante do exercício de sua profissão-missão e a exigência de atenção e obediência aos fundamentos e outras premissas, de abertura ao diálogo e trabalho em equipe, de verificação inteligente sobre a proposta de intervenção, de estudo e dedicação, a fim de garantir que a intervenção seja adequada à finalidade e à natureza da igreja-edifício.

O caminho exige humildade, escuta, formação e conscientização da importância deste caminho, a fim de que os espaços de celebração sejam, de fato, dignos, autênticos, belos e simbólicos e que contribuam para a vivência de fé da assembleia celebrante, testemunhem a força evangelizadora da igreja-edifício, quando esta é, de fato, símbolo tanto das realidades celestes quanto da igreja-viva.

### SIGLAS

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CV II – Concílio Vaticano II

EG – *Evangelii Gaudium*

IGMR – Instrução Geral ao Missal Romano

SC – *Sacrosanctum Concilium*: Constituição sobre a Sagrada Liturgia

SCa – *Sacramentum Caritatis*

PR – Pontifical Romano

## REFERÊNCIAS

BANON, D. et al. *Architettura Liturgia e Cosmo*. Magnano: Edizioni Qiquajon, 2015.

BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*. Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Eucaristia fonte e ápice da vida e da missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2007.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2003.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain; LAFFONT, Robert. *Dictionnaire des symboles*. 11ª impressão, Paris, 1990.

CNBB, Documento 43. *Animação da Vida Litúrgica no Brasil*. Elementos de Pastoral Litúrgica. São Paulo: Paulinas, 1989.

CNBB, Estudo 106. *Orientações para Projeto e Construção de Igrejas e disposição do Espaço Celebrativo*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

CNBB, Estudo 113. *Orientações para Adequação Litúrgica, Restauração e Conservação da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2021.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium*. Constituição sobre a Sagrada Liturgia. São Paulo: Paulinas, 2002.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium*. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO E INTRODUÇÃO AO LEZIONÁRIO. Texto Oficial, 5.ed. Brasília: Edições CNBB, 2014.

PONTIFICAL ROMANO. *Ritual de Dedicção de Igreja*. Natureza e dignidade da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1984.